

Margens, ilhas e pesquisas no médio São Francisco

Claudia Luz de Oliveira



*Figura 1 – Caminho vazanteiro entre margens e ilhas no médio São Francisco.
Várzea da Manga no Quilombo da Lapinha, Matias Cardoso/MG*

Fotografia: Elisa Cotta de Araújo, 2008.

Introdução

As pesquisas que eu venho desenvolvendo com povos e comunidades tradicionais no norte de Minas, desde o início dos anos 2.000, focalizam especificamente as lutas das comunidades tradicionais vazanteiras pelo direito de manter vínculos territoriais com o seu lugar de vida. No caso das

comunidades vazanteiras, o lugar de vida é o rio São Francisco e suas terras crescentes. Vazanteiras é uma denominação costumeira pela qual são conhecidas as pessoas que vivem em coletividades nas margens e ilhas do médio rio São Francisco. A denominação, que passou por transformações de sentido, se refere preponderantemente, nos dias atuais, ao reconhecimento de um modo de existência característico de quem interage com o rio e com suas terras de vazante. Nas margens e ilhas vivem vazanteiras com origens e trajetórias de vida peculiares, que têm em comum uma longa história de relação com o rio e cultivam a sabedoria e o gosto de viver nesses lugares fluidos. Essas terras em permanente movimento são nativamente chamadas de terras crescentes. As terras crescentes são lugares inundáveis, temporariamente tomados pelo rio e, em seguida, devolvidos aos vazanteiros.

A construção de vínculos afetivos e compromissos intelectuais com as pessoas com as quais fazemos pesquisas envolve aspectos sentimentais, éticos e políticos, que incluem e extravasam nossos interesses profissionais, tem relação com a nossa história pessoal e com o modo como nos situamos no mundo. O presente artigo é um exercício de reflexão sobre isso, provocado pelo contato com a narrativa visceral de Donna Haraway (2004, p. 1), quando eu me dei conta do sentido da minha trajetória. Como ela, percebi que: *“I learned to read and write inside worlds at war. [...] These wars are personal. They make me who I am [...]”*. As palavras da autora me arremessaram para a minha própria história, para olhar com outros olhos a violência que estruturou o mundo onde eu cresci, aprendi a ler e a escrever. Percebi que foram essas guerras travadas contra os povos e as comunidades tradicionais dessa região que me fizeram ser quem eu sou.

Fui criada no norte de Minas, lugar dos Gerais, e compartilho com as vazanteiras a vivência numa região cuja matriz da formação econômica e ideológica foi a grande fazenda de criação de gado, que é objeto de discussão do antropólogo João Batista de Almeida Costa (2021). Porém, diferentemente delas, nasci numa família de proprietários de terra. Vi acontecerem ao meu redor as transformações socioculturais, econômicas e ecológicas

decorrentes do processo de modernização da agricultura, que resultaram na expulsão dos vazanteiros e de outros milhares de povos e comunidades tradicionais dos seus territórios, nas décadas de 1970 e 1980. O crescimento acelerado da minha cidade pela chegada cotidiana de famílias que saíam da roça para morar nas pontas de rua e nos bairros mais afastados do centro era considerado inexorável. O que se ouvia dizer era que os fazendeiros não podiam mais deixar posseiros e agregados morando dentro de suas terras para não terem problemas com reivindicações de direitos de usucapião. Essas mesmas pessoas das pontas de rua passaram a trabalhar temporariamente como carvoeiros naquelas fazendas de onde tinham saído. Havia um farto financiamento bancário para derrubar o cerrado, fazer carvão e implantar pastagens nas áreas desmatadas. O carvão era vendido para alimentar a demanda dos fornos das usinas siderúrgicas localizadas nas proximidades de Belo Horizonte/MG. A euforia com o dinheiro do carvão era tanta que os frondosos flamboyants vermelhos, que se enfileiravam nos canteiros da avenida central da minha cidade, Brasília de Minas/MG, foram cortados porque seus galhos atrapalhavam a passagem dos caminhões carregados de carvão. Nessa mesma leva chegaram as empresas de reflorestamento, ampliando enormemente a derrubada do cerrado para também fazerem carvão e plantarem eucalipto nas áreas desmatadas. O que se ouvia dizer era que essas empresas iriam fazer circular muito dinheiro na cidade e iriam contratar muitos trabalhadores. De fato, os caminhões com o logotipo das empresas cruzavam as ruas lotadas de trabalhadores que subiam as chapadas para trabalharem no plantio de eucalipto. Depois dos primeiros anos, a oferta de trabalho nas empresas de reflorestamento minguou; o que se via na cidade eram comboios de ônibus contratados para levarem os trabalhadores migrantes da região para as jornadas exaustivas de trabalho nas lavouras de café do sul de Minas e nas lavouras de cana-de-açúcar de São Paulo.

Em poucos anos, a paisagem estava transformada. Ao percorrer de ônibus os extensos chapadões cortados pela estrada que me levava do norte de Minas até Belo Horizonte, onde eu cursava a graduação em Ciências

Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais, via imensas áreas de terra nua e outras áreas com monocultivos de eucaliptos formando enormes quadrados verdes homogêneos. Ao longo da minha formação em ciências sociais fui reunindo elementos que me permitiram estabelecer uma relação crítica com minhas próprias experiências e construir conexões entre o que eu vivi e o que eu li. Teorias sobre relações de classe social, racismo, modernização conservadora, coronelismo, campesinato e conflitos agrários no Brasil faziam sentido para pensar tudo aquilo o que eu vi acontecer ao meu redor. A despeito da pertinência dessas reflexões, por meio delas eu não me sentia implicada nesses processos. A tradução ou a subversão desses conceitos somente se processou mediante longo aprendizado posterior com outros mestres fora da academia, que eram agricultoras, agricultores e a equipe técnica do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAANM)¹, onde comecei a trabalhar em 1992. Essa experiência me ressituiu no norte de Minas e nas guerras que se desenrolavam ao meu redor.

Foi conversando e andando entre roças onde se misturavam milho, mandioca, feijão catador, andu, fava, abóbora, cará, quiabo, abacaxi e melancia, entremeadas por pés de panã, cagaita, lobeira, pequi, pau d'óleo e coquinho azedo, que os geraizeiros me apresentaram, com a fineza que lhes é característica, o lugar onde eu sempre vivi. Essa experiência de intensas trocas de conhecimento, afeto e aprendizado sobre simetria, guiou a minha escolha pela antropologia e por fazer antropologia com esperança. Sem me alongar na reflexão sobre o sentido da esperança, penso ser necessário dizer que ele se alinha à ideia de recurso criativo, de esperança ativa e engajada

1 O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos com 35 anos de atuação na região norte de Minas Gerais. É sediada em Montes Claros (MG) e mantida com recursos próprios, recursos públicos e recursos da cooperação internacional. Criada pelo movimento social dos trabalhadores rurais da região e pela Comissão Pastoral da Terra, no início da década de 1980, a organização se propôs a ser um locus de experimentação alternativa ao pacote tecnológico da "revolução verde" no campo, cujo modelo se baseou na disseminação de sementes melhoradas, adubação química, agrotóxicos, irrigação e mecanização. Hoje o CAA NM adota o conceito de agroecologia para definir suas práticas.

ou generativa, sempre animada pelo inconformismo. Facina (2022)² trata o tema em artigo recente sobre narrativas de esperança nas produções artísticas que têm como referência cultural as periferias brasileiras.

Parece-me que as narrativas de esperança, e podemos incluir aqui uma Antropologia da Esperança, são evidências de um momento histórico caracterizado pelo desespero, em que imaginar futuros é uma necessidade política e existencial para segmentos da sociedade brasileira que se sentem ameaçados em seus modos de viver. (Facina, 2022, p. 25).

Assim como os sujeitos periféricos pesquisados por Facina (2022), os vazanteiros e outros povos e comunidades tradicionais são segmentos da sociedade brasileira ameaçados em seus modos de ser e estar no mundo. Nesses contextos históricos e socioculturais diversos, os usos e significados da esperança devem ser compreendidos em suas especificidades na pesquisa etnográfica. No caso das vazanteiras percebi que o significado se relaciona à própria concepção de terras crescentes, como abordarei nas considerações finais.

Caminhos da pesquisa entre margens e ilhas

Quando eu trabalhava no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, coordenando um programa de formação de jovens em agroecologia, conheci Edmundo, Romilson e Arnaldo, vazanteiros da cidade ribeirinha de Januária. Em 1996 o programa teve a participação de diversos povos e comunidades tradicionais do norte de Minas – indígenas Xacriabá, geraizeiras, catingueiras e vazanteiras. Essas formas de se referir são costumeiras. Delas se utilizam agricultores da região norte de Minas para identificar aqueles que vivem nos diversos ambientes que conformam a paisagem

2 Para tratar o tema, Facina (2022) traz as reflexões antropológicas sobre a esperança propostas por Crapanzano (2003), Miyazaki (2004), Appadurai (2013) e Parla (2019), entre outros.

regional: catingueiros – moradores da Caatinga, geraizeiros – moradores das serras e altiplanos do Cerrado; verdeiros – moradores das veredas do Cerrado, que são áreas úmidas e de vegetação mais densa, com ocorrência de afloramento d’água; e vazanteiros – moradores das margens e ilhas do rio São Francisco³.

No intervalo entre os módulos do curso de agroecologia fui visitar esses alunos na ilha do Balaieiro, localizada em Januária/MG, às margens do rio São Francisco. Por mais que eu já conhecesse as dinâmicas territoriais dos geraizeiros e catingueiros da região, aos processos de expropriação sofridos e os impactos das políticas de modernização da agricultura, no caso dos vazanteiros – igualmente impactados por tudo isso – se somava a característica de viverem num território móvel, remodelado a cada cheia do rio. Os relatos mostravam como a vida na ilha se moldava aos ciclos do rio – seca, enchente, cheia e vazante. Durante a cheia o rio “come” as roças e “toma” as terras, mandando muitos vazanteiros “embora” das margens e ilhas, o que me pareceu trágico e lamentável, mas para eles as enchentes eram, antes de tudo, ocasião de fertilização e, por conseguinte, sinal de fartura nos anos vindouros. O interesse por aprofundar os meus conhecimentos sobre essa dinâmica territorial desenvolvida na relação com o rio e um modo de existência marcado pela mobilidade me levou a escolher os vazanteiros do rio São Francisco como interlocutores de pesquisa. No curso de mestrado, na Universidade Federal de Minas Gerais, eu tive a sorte de ter como professora Andréa Zhouri, recém-chegada da Inglaterra, e percebi as imensas afinidades que nos levaram a estabelecer uma relação de orientação, amizade e parceria que se prolonga até hoje.

3 Pesquisadores que integram o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Unimontes, bem como pesquisadores parceiros, vêm desenvolvendo estudos sobre a diversidade de povos e comunidades tradicionais do norte de Minas: Anaya (2012), Anaya et al. (2020), Araújo (2014), Barbosa (2023), Brito (2013), Costa (1999; 2021), Costa Filho (2008), Dayrell (1998, 2019a, 2019b), Nogueira (2019), Paula et al. (2020), Silva (2023), Thé (2003).

Na dissertação de mestrado (Oliveira, 2005), abordei o debate teórico-conceitual sobre comunidades tradicionais e territorialidades como categorias antropológicas, procurando caracterizar, por meio da etnografia, os moradores das margens e ilhas do médio São Francisco como coletividades que tinham em comum um modo de existência vazanteiro. Um dos postulados defendidos na dissertação era que o reconhecimento desse modo de existência peculiar possibilitava aos vazanteiros inserirem-se na categoria de povos e comunidades tradicionais, já reconhecida na legislação brasileira⁴, ampliando seu poder de negociação frente ao Estado na luta por direitos territoriais.

Após a conclusão do mestrado, comecei a dar aulas no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e me inseri no projeto de pesquisa Negros do Norte de Minas⁵, que reunia professores das áreas de antropologia, sociologia, educação e artes para desenvolver estudos em comunidades quilombolas da região. Atuando como professora da Unimontes, eu recebi o convite de parceiros da Comissão Pastoral da Terra e do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas para o Encontro das Comunidades Vazanteiras do Alto e Médio São Francisco, reunindo comunidades de Minas Gerais e da Bahia. No encontro, realizado na ilha da Ingazeira, localizada no município ribeirinho de Manga/MG, um dos locais onde eu havia estado por mais tempo durante a pesquisa de campo do mestrado, estavam presentes 62 representantes de 12 comunidades vazanteiras, além das organizações parceiras. Senti-me feliz pela oportunidade de fazer uma devolução da pesquisa e retribuir um pouco do conhecimento e das gentilezas que me foram ofertadas durante o

4 Artigos. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 cria e institucionaliza o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

5 Pesquisadores: Maria Helena de Souza Ide, João Batista Almeida Costa, Cláudia Luz de Oliveira, Maria Railma Alves, Mônica Maria Teixeira Amorim, Luciano Cândido e Sarmiento, Marco Antônio Caldeira Neves.

tempo em que convivi com elas. Muitos participantes eram de localidades onde eu não tinha estado durante as pesquisas de campo. Pensei comigo mesma que o que eu iria fazer ali era uma defesa da dissertação para outra banca, mais rigorosa na crítica às generalizações construídas a partir de alguns casos e menos interessada em descrições detalhadas de suas próprias práticas, o que eles estavam cansados de saber. Às histórias que eu ouvi nas comunidades vazanteiras, fui acrescentando outras sobre o que eu havia lido e ouvido sobre vazanteiros em diálogos com a Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), as prefeituras das cidades ribeirinhas, o Instituto de Terras de Minas Gerais (ITER-MG), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Além do diálogo extremamente rico e animador sobre os resultados da pesquisa, a experiência de luta dos baianos que estavam participando do encontro era motivo de muita inquietação para os vazanteiros mineiros, pois a história de alguns deles estava relacionada à resistência daqueles que foram expulsos e tiveram suas terras inundadas pela barragem de Sobradinho, em 1976, um caso emblemático e muito conhecido pelos ribeirinhos em todo o São Francisco⁶. Alguns lutaram para permanecer na borda do lago formado pela barragem e outros foram reassentados em cidades distantes do seu lugar de origem, como é o caso da Serra do Ramalho/BA, na margem do rio, onde fica o assentamento agroextrativista, cujas lideranças estavam presentes. Outra grande curiosidade era conhecer a luta dos quilombolas do Parateca e Pau D'Arco/BA, que foram inspirações para as vazanteiras da ilha da Ingazeira e ilha da Ressaca iniciarem os seus processos de autorreconhecimento como quilombolas, recebendo o título da Fundação Palmares em 2008.

6 Entre os anos de 1976 e 1978, cerca de 50 mil camponeses que moravam nas ilhas e margens do rio São Francisco foram obrigados a deixar suas casas e terras para dar lugar ao reservatório da hidrelétrica de Sobradinho, construída na divisa dos estados Bahia e Pernambuco (Sigaud et al., 1987; Costa, 2013).

Retrospectivamente é possível afirmar que aquele foi um encontro marcante na caminhada deles para a articulação dos Vazanteiros em Movimento e na minha caminhada como pesquisadora vinculada a esse movimento. Ali surgiu a ideia de eles escreverem uma carta endereçada à sociedade brasileira. A carta começa dizendo: “Quem lhes dirige essa carta somos nós, os vazanteiros. Certamente os senhores não nos conhecem”. E finaliza afirmando: “O rio São Francisco não pode ser revitalizado, como vocês agora estão dizendo, sem nós, o povo vazanteiro. A história conta, é nosso dever, nosso direito e obrigação dos senhores” (Vazanteiros em Movimento, 2006)⁷. O encontro foi encerrado com a promessa das vazanteiras de Minas retribuírem essa visita aos vazanteiros da Bahia. Somente um ano e meio depois a promessa foi cumprida: o encontro foi realizado na Serra do Ramalho/BA. A viagem e a visita foram filmadas e os Vazanteiros em Movimento produziram o seu primeiro vídeo, lançado em 2009, com o título *Conversando com o Rio*⁸.

7 Carta manifesto das mulheres e dos homens vazanteiros: povo das águas e das terras crescentes do São Francisco. Assinam a Carta 62 representantes de 12 comunidades vazanteiras e entidades representativas, presentes no Encontro de Vazanteiros do Alto e Médio São Francisco (Ilha da Ingazeira Manga/MG, 26/05/2006). Minas Gerais – Manga: Ilha da Ingazeira (40 famílias), Ilha do Pau Preto (60 famílias), acampamento do MST Valdir Júnior (70 famílias); Município de Matias Cardoso: Ilha da Ressaca (44 famílias), Quilombo da Lapinha (19 famílias); Buritizero: Comunidade Gerais de Calixto (20 famílias); Januária/MG: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associação dos Vazanteiros de Januária (1.200 associados); Itacarambi: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação dos Vazanteiros (350 associados) e Comunidade Remanso (38 famílias); Bahia – Barra: Ribeirão (9 famílias); Serra do Ramalho: Reserva Extrativista São Francisco (11 comunidades, 600 famílias); Malhada: Quilombo Parateca/Pau D’Arco (600 famílias); Bom Jesus da Lapa: Quilombo de Piranhas (70 famílias)/Ilha da Canabrava (300 famílias). Apoiam este documento entidades e pessoas presentes no Encontro: MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), CPT (Comissão Pastoral da Terra – Minas Gerais e Bahia), CPP (Conselho Pastoral dos Pescadores – Nordeste), CAA NM (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), RENAP (Rede Nacional de Advogados Populares), Cláudia Luz (Departamento de Ciências Sociais da Unimontes) e João Zinclar (repórter fotográfico).

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q2R8Tg9qS0Y>. Acesso em: 10/04/2024.

Meses depois do encontro na ilha da Ingazeira, recebi o convite das vazanteiras da ilha do Pau Preto, no município de Matias Cardoso/MG, para participar de uma reunião do Instituto Estadual de Florestas (IEF) com as famílias que estavam sendo pressionadas a sair de suas terras incorporadas à área do Parque Estadual Verde Grande⁹. Acompanhei a discussão por um bom tempo; depois, pedi licença para entrar no debate me contrapondo ao engenheiro florestal contratado pelo Instituto Estadual de Florestas, que argumentava sobre a necessidade de remoção das famílias para o cumprimento da legislação de criação do parque, enquanto uma unidade de proteção integral da natureza, e que seriam indenizados apenas aqueles que comprovassem serem “moradores tradicionais”. Afirmei que o direito daquelas famílias permanecerem ali também se baseava no cumprimento da legislação – Constituição Federal 1988, Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Acrescentei que a posição política que os vazanteiros estavam expressando naquele momento reafirmava o princípio da Convenção nº 169 ao declarar que comunidades tradicionais são aquelas que se autorreconhecem como tal. Se a tradição vazanteira era de mobilidade e andança pelas margens e ilhas do São Francisco, constituindo um sistema de direitos combinados sobre as terras crescentes que era aberto ao chegante, como adotar um critério de tempo ininterrupto de moradia para definir quem era “morador tradicional”? A discussão continuou acirrada e a reunião terminou sem apontar possibilidades de acordo, o que, no entanto, não desanimou os vazanteiros. Ao nos despedirmos, Zé Alagoano e Dona Helena Entreportes me disseram: “*é de uma advogada assim que nós estamos precisando*”. Estabelecemos, dali em diante, uma parceira que se desdobrou na elaboração de documentos e propostas técnicas para subsidiar a reivindicação da comunidade de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), o que lhes parecia uma alternativa

9 Os conflitos entre parques estaduais e comunidades vazanteiras, pescadoras e quilombolas são estudados por Anaya (2012) e Araújo (2014).

para garantir a permanência das famílias na ilha do Pau Preto. A negociação dessa proposta demandou inúmeras reuniões de negociação envolvendo os vazanteiros, o IEF, o INCRA, a Secretaria de Patrimônio da União e a Coordenadoria das Promotorias da Bacia do São Francisco num processo que se arrasta até hoje. Em todas as reuniões que se seguiram, o principal ponto de impedimento para o encaminhamento da proposta continuou sendo a necessidade de comprovação da “tradicionalidade” e o número sempre flutuante de famílias presentes na ilha.

A resposta inicial dos vazanteiros foi buscar apoio da universidade e das demais organizações parceiras para elaborar documentos e contra-argumentos em resposta às exigências do poder público: ata de autorreconhecimento como comunidade tradicional vazanteira, relatório de caracterização socioambiental e proposta técnica de ocupação e uso dos ambientes na RDS Pau Preto. A falta de respostas efetivas por parte do poder público ao longo de cinco anos de negociação não transformou os documentos e a proposta da RDS em letra morta. Em 2011, os vazanteiros fizeram a retomada de suas terras tradicionalmente ocupadas, montando o acampamento Arraial do Meio; em seguida, fizeram a autodemarcação do seu território, de acordo com a proposta da RDS apresentada ao poder público. Com o tempo eles foram desmontando o acampamento, definindo um lugar para cada família, construindo suas moradias e plantando as suas roças dentro do território; afinal, vida e as reuniões de negociação continuariam.

Os Vazanteiros em Movimento continuaram promovendo encontros em diferentes ilhas, mantendo a prática de produzir relatos escritos descrevendo as situações de conflito e fazendo denúncias de violação dos seus direitos. As cartas e os manifestos, assim como as propostas de uso das terras tradicionalmente ocupadas que eles reivindicam, foram encaminhadas para a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, a Secretaria do Patrimônio da União, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal. Essas ações resultaram na

ida de representantes do poder público aos encontros realizados nas ilhas. A inusitada presença de pessoas de terno e sapato social descendo os barrancos da margem do rio e entrando nos pequenos barcos a remo para fazer a travessia até a ilha do Jenipapo, em Itacarambi (MG), no 5º Encontro dos Vazanteiros em Movimento, em 2010, alimentou a esperança de diálogos mais efetivos. A esperança, como um saber prático (Facina, 2022), continua se renovando em encontros, audiências públicas, reuniões e seminários, lado a lado com ações de ocupação e retomada de terras protagonizadas pelas comunidades vazanteiras, pescadoras e quilombolas do médio São Francisco.

Quando fui fazer o doutorado em Antropologia Social na Universidade de Brasília, em 2010, sob a orientação inspiradora e instigante da professora Antonádia Borges, que desenvolve pesquisas sobre a experiência de luta pela terra na África do Sul, o meu propósito era elaborar a tese baseando-me nessa interlocução de longa data com as vazanteiras, pescadoras e quilombolas que vivem nas margens e ilhas do médio São Francisco. A minha pesquisa de campo se estendia no tempo, incorporando os anos de convívio com essas comunidades desde a realização do mestrado. Nos planos que eu mesma havia traçado, eu teria um período de dedicação plena às disciplinas e um período posterior de trabalho de campo. Isso não se efetivou. Para além das significativas dificuldades de ordem pessoal, os próprios vínculos afetivos e intelectuais estabelecidos me impeliam a seguir os ritmos e percursos do engajamento na luta vazanteira. Então, ao invés de ter um período intensivo de pesquisa de campo, ao longo do curso de doutorado eu me dividi entre as atividades acadêmicas e as demandas de apoio aos Vazanteiros em Movimento. Atuei na elaboração dos laudos antropológicos das comunidades quilombolas da ilha da Ingazeira (Manga/MG) e de Bom Jardim da Prata (São Francisco/MG); produzi relatório de pesquisa para subsidiar perícia do Ministério Público Federal na comunidade pesqueira de Caraíbas (Pedras de Maria da Cruz/MG) e fiz a apresentação desse relatório na audiência pública convocada pelo Ministério Público Federal sobre conflitos agrários e violação de direitos nas comunidades tradicionais

ribeirinhas do São Francisco; acompanhei lideranças vazanteiras em atividades, em Brasília/DF relativas aos desdobramentos da “missão vazanteiros” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; participei de reuniões da Associação de Vazanteiros de Itacarambi durante o planejamento para retomada de terras na ilha da Maria Preta; acompanhei os geraizeiros, vazanteiros e as lideranças da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais durante a greve de fome e sede em defesa da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras (Rio Pardo de Minas/MG) e no processo de negociação subsequente. As demandas e o tempo dedicado pelas vazanteiras a essas ações frequentemente não obedeceram aos cronogramas de produção acadêmica. Jamais se contiveram para um período específico de trabalho de campo. Tudo isso acabou sendo parte do meu processo de pesquisa e de elaboração da tese não concluída. Interrompi o meu doutorado em 2015 para retornar à Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Na Unimontes constituímos o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA)¹⁰, formado por professores e pesquisadores de diversas áreas de conhecimento – antropologia, sociologia, educação, etnobiologia, agroecologia e direito – que atuam na temática socioambiental, orientados para a compreensão das desigualdades socioambientais em suas múltiplas dimensionalidades e em diálogo com diferentes agentes e organizações da sociedade¹¹. As pesquisas do NIISA visam a contribuir para a efetivação dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais dos distintos

10 Pesquisadores do NIISA: Ana Paula Glinfskoi Thé, Andréa Maria Narciso Rocha de Paula, Carlos Alberto Dayrell, Cláudia Luz de Oliveira, Daniel Coelho de Oliveira, Elisa Cotta de Araújo, Felisa Caçado Anaya, Isabel Cristina Barbosa de Brito, Luciana Maria Monteiro Ribeiro, Maria Helena de Souza Ide, Rômulo Soares Barbosa.

11 Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Vazanteiros em Movimento, Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais, Movimento Quilombola, Movimento Geraizeiro, Movimento Veredeiro, Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA NM) e Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

grupos étnicos do norte de Minas. Os trabalhos sobre conflitos agrários e ambientais, realizados há mais de 14 anos pelo grupo, vêm produzindo diversas demandas de ações em pesquisa, formação e assessoria no campo socioambiental que visam a apoiar os povos e as comunidades tradicionais em suas lutas pelos direitos territoriais – publicações, atividades de formação, laudos antropológicos, relatórios de caracterização socioambiental, notas técnicas para subsidiar ações do Ministério Público Federal, participação em audiências públicas sobre conflitos agrários e violações de direitos dos povos e das comunidades tradicionais. Somando-se às articulações e parcerias com os movimentos sociais da região, estabelecemos parcerias estratégicas com outros grupos de pesquisa da própria Unimontes¹² e de outras universidades como o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFG), o Projeto Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central articulado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA/UEA) e o Escritório Jurídico para a Diversidade Étnica e Cultural (JUSDIVI/UnB). O NIISA é um dos organizadores do Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, que terá a sua sétima edição neste ano, em Montes Claros/MG, além das pesquisadoras do núcleo representarem a Unimontes na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Integro também a equipe do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais da Unimontes, desenvolvendo pesquisa sobre a representação de mulheres negras na política no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha¹³. Organizamos, em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/Unimontes) e com

12 Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e Comunidades Tradicionais do rio São Francisco (OPARÁ- MUTUM), Laboratório de Educação Ambiental e Ecologia Humana (LEAH), Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA), Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Identidade, Território, Agroecologia (LabÉ-doCampo), Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais.

13 Equipe de pesquisa: Maria Railma Alves, Idalécia Soares Correia, Cláudia Luz de Oliveira, Maria da Luz Alves e Aneuzimira Caldeira Souza.

o Grupo de Estudos e Pesquisas de Terreiro (ETU/Unimontes), no ano de 2023, o Colóquio Internacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro.

Considerações finais

Não há como refletir sobre meu percurso e minhas vivências no meio acadêmico e fora dele, realizando pesquisas *com/junto* às vazanteiras do médio São Francisco, sem relacionar esse fazer antropológico ao significado dos 70 anos da Reunião Brasileira de Antropologia, que teve como primeiro evento de preparação e divulgação da 34ª RBA a mesa redonda RBA 70 anos: antropologia dos Gerais e a defesa dos direitos fundamentais, realizada durante o VI Encontro das Ciências Sociais no Norte de Minas, no mês de agosto de 2023, em Montes Claros/MG. Sou associada da ABA desde 2012 e participo dos encontros da RBA, desde o ano de 2002, quando aconteceu a primeira sessão de debates sobre a Carta de Ponta das Canas, no Fórum Especial Sobre Laudos Periciais Antropológicos, durante a 23ª RBA, em Gramado/RS. A carta visa a “[...] ancorar um amplo debate entre antropólogos, operadores jurídicos e administradores” (ABA, 2005, p. 45), dando base ao acordo de cooperação técnica entre a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o Ministério Público Federal (MPF). Tal debate se renova continuamente dentro de grupos de trabalho, comissões e comitês – Assuntos indígenas, Laudos Antropológicos, Quilombos e Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos – como evidencia o Protocolo de Brasília (ABA, 2015) – incorporando elementos necessários para o enfrentamento dos desafios que estão colocados para o exercício da antropologia nos contextos nacional e internacional.

Ao longo da minha trajetória, os diálogos travados nesses espaços da RBA têm sido inspirações fundamentais para pensar sobre engajamento, ativismo, afinidades, simetria nas relações de conhecimento e imbricamentos entre epistemologias e ontologias. Por isso, considero significativa

a oportunidade de debater sobre a antropologia dos Gerais nos 70 anos da RBA. Os Gerais, como espaço territorial e simbólico, se constituem na alteridade interna do estado de Minas Gerais, possuindo tempo histórico e cultura diferenciada (Costa, 2021), que se reflete na potência criativa de uma diversidade e multiplicidade de sujeitos que aqui vivem. A categoria tem sido, para nós e para as nossas produções coletivas nos grupos de pesquisa, uma âncora intelectual de interlocução a partir da qual orientamos nosso fazer antropológico comprometido com a defesa dos direitos fundamentais.

Finalizo retornando à questão do que guiou a minha escolha pela antropologia e por fazer antropologia com esperança, procurando explorar os usos e significados da esperança no contexto vazanteiro relacionada à concepção de terras crescentes. Ouvi de Edmundo, na primeira visita à ilha do Balaieiro, relatada anteriormente, narrativas sobre a relação do rio São Francisco com as terras das margens e ilhas, que somente se tornaram compreensíveis ao longo desses anos de pesquisa. Essas narrativas mostram que as terras são do rio e a cada cheia ele as movimenta, remodela e fertiliza, “[...] ele tira daqui e põe noutra lugar. É por isso que sempre a gente não fica sem área para trabalhar, porque essa área aqui, quando está quebrando, está formando outra área, num outro lugar. Aí, o pessoal vai” (Oliveira, 2005, p. 96). Aprendi, com ele, que as terras crescentes são a expressão da generosidade do rio na relação com os vazanteiros. Se o rio toma uma terra, ele devolve, em outro lugar, a terra renovada e fertilizada pela enchente, de forma que eles nunca fiquem sem terra para trabalhar e viver. A relação ancestral com o rio e a dinâmica de criação permanente das terras crescentes ativa a esperança e anima o inconformismo que alimenta a luta vazanteira pelo direito ao seu lugar de vida.

Referências

ANAYA, F. C. De “encurralados pelos parques” a “vazanteiros em movimento”: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. 257 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANAYA, F. C.; OLIVEIRA, C. L.; RIBEIRO, L. M. M.; ARAÚJO, E.; THE, Ana. P. G. Antiambientalismo Racializado, Apropriação Privada de Terras Públicas e Resistências no Médio rio São Francisco, Minas Gerais–Brasil. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 49, p. 1-27, 2020.

APPADURAI, A. The future as cultural fact: Essays on the global condition. *Rassegna Italiana di Sociologia*, v. 14, n. 4, p. 649-650, 2013.

ARAÚJO, E. C. *Nas margens do São Francisco e na várzea do Amazonas: formas de apropriação e uso dos recursos ambientais, fluxos e fronteiras territoriais*. 2014. 235f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Protocolo de Brasília: laudos antropológicos: condições para o exercício de um trabalho científico(as) sociação Brasileira de Antropologia*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2015.

BARBOSA, R. S. Comunidades Geraizeiras do Alto Rio Pardo–MG: Reconversão territorial e produção de água no Cerrado. *Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 5, n. 2, p. 691-709, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000.

BRITO, I. C. B. de. *Ecologismo dos Gerais: comunidades tradicionais e conflitos socioambientais no Norte de Minas Gerais*. 2013. 269f. Tese

(Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável?, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COSTA, A. L. M. *Uma retirada insólita: rio São Francisco, barragem de Sobradinho*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013.

COSTA, J. B. de A. *Norte de Minas: cultura catrumana, suas gentes, razão liminar*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2021.

COSTA, J. B. de A. *Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)*. 1999. 210f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

COSTA FILHO, A. *Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro*. 2008.293f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

CRAPANZANO, V. Reflections on hope as a category of social and psychological analysis. *Cultural Anthropology*, v. 18, n. 1, p. 3–32, 2003.

DAYRELL, C. A. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. 1998. 193f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável?, Universidad Internacional de Andalucía, Andalucía, 1998.

DAYRELL, C. A. *et al.* Autodemarcação e gestão do território tradicional dos vazanteiros de Pau Preto–MG. In: SIMONI, J. E.; UDRY, C. (org.). *Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2019a. v. 3. p. 153–168.

DAYRELL, C. A. *De nativos e de caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019b. 460f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019b.

FACINA, A. Sujeitos de sorte: narrativas de esperança em produções artísticas no Brasil recente. *Revista de Antropologia*, v. 65, p. e195924, 2022.

HARAWAY, D. *The Haraway Reader*. New York: Routledge, 2004.

MIYAZAKI, H. *The method of hope: anthropology, philosophy, and Fijian knowledge*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

NOGUEIRA, M. C. R. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE IDENTIDADES E RELAÇÕES INTERÉTNICAS/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. *Laudos Periciais Antropológicos em debate*. Florianópolis: NUER/ABA, 2005. p. 215-231.

OLIVEIRA, C. L. de. *Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais*. 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 169 sobre povos indígenas e tribais*. Genebra: OIT, 1989.

PARLA, A. Critique without a Politics of Hope? In: PARLA, A. *A Time for Critique*. Columbia: Columbia University Press, 2019. p. 52-70.

PAULA, A. M. N. R.; ANAYA, F. C.; CRISOSTEMO, A. A.; SANTOS, L. M.; NEVES, S. L. S. Entre Ser e Estar: nova cartografia social no São Francisco Mineiro. In: ALMEIDA, A. W. B. de; MARIN, R. E. A.; LOPEZ, J. A. F. (org.). *Territorio, Cultura y Pueblos: megaproyectos, actos de estado, povos e comunidades tradicionales*. 1. ed. Cali: Programa Editorial Universidad Autonoma del Occidente, 2020. v. 1. p. 323-334.

SIGAUD, L.; MARTINS-COSTA, A. L.; DAOU, A. M. Expropriação do cam-pesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*, v. 1, p. 214-290, 1987.

SILVA, B. T. *O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas*

Gerais. 2023. 358f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

THÉ, A. P. G. *Conhecimento Ecológico, Regras de Uso e Manejo Local dos Recursos Naturais* na Pesca do Alto-Médio São Francisco, MG. 2003. 213f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, 2003.

VAZANTEIROS EM MOVIMENTO. *Carta-Manifesto das Mulheres e Homens Vazanteiros: povo das águas e das terras crescentes do São Francisco*. Ilha da Ingazeira, Manga/MG, 2006.